



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0009744-29.2007.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Contratos Bancários**
 Requerente: **Mary Beatriz Filomena Calagrossi Custódio e outro**
 Requerido: **Bradesco Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

MARY BEATRIZ FILOMENA COLAGROSSI CUSTÓDIO e MARLY TEREZA COLAGROSSI FOSCHINI pediram a condenação de **BANCO BRADESCO S. A.** ao pagamento de diferenças pecuniárias sobre saldos de cadernetas de poupança em nome de seus genitores, Miguel Ângelo Colagrossi e Zilda Agnelli Colagrossi, pois foram creditados a menor, por ocasião dos conhecidos planos econômicos denominados Bresser, Verão e Collor.

Citado, o réu contestou, alegando ser parte ilegítima, pois não sucede o Banco Econômico, carência de ação, prescrição e inexistência de diferenças a pagar.

Manifestaram-se as autoras.

Foram requisitadas informações específicas sobre as contas cujos saldos se discute, de tudo cientes as partes.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Cuida-se de cobrança de diferença sobre saldo de cadernetas de poupança.

A instituição financeira é vinculada diretamente ao poupador e não houve qualquer alteração na relação contratual, discutindo-se apenas o índice de correção monetária, pelo que legitimada para a causa. O BACEN e a União Federal não são partes no litígio nem se justifica a intromissão a qualquer título (STJ, REsp. 9.199, 9.201, 9.202, 11.534, 23.099-1, 26.298, 29.555, 48.752; AgRg/Ag 47.958/RS, 50.243/SP). E inexistente razão para deslocar a competência judicial.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

No tocante aos saldos inferiores a NCz\$ 50.000,00 e também a valores não bloqueados, a responsabilidade pela correção também é das instituições financeiras depositárias que permaneceram com a disponibilidade deles.

A questão da legitimidade passiva do réu:

É público e notório que o Banco Excel incorporou o patrimônio do antigo Banco Econômico - agências, contas-correntes e quadro de funcionários, inclusive, caracterizando-se assim, inesoravelmente, a sucessão de que tratam os artigos 10 e 448 da CLT. A tese do recorrente quanto à ilegitimidade de parte é um verdadeiro acinte à lógica e à clareza dos fatos, uma vez que pretende eximir-se de qualquer responsabilidade, ficando apenas com os bônus da transação. Preliminar de ilegitimidade que se rejeita para reconhecer-se o Banco Excel-Econômico como parte legítima para figurar no pólo passivo da demanda, sucessor que é do Banco Econômico (ACÓRDÃO Nº 24.202/1997, PROCESSO TRT/15ª REGIÃO Nº 07.715/1997-RO-5 RECURSO ORDINÁRIO - Rel. Juiz Mauro Cesar Martins de Souza - DOESP 01.09.1997).

O Banco Excel S/A adquiriu parte do passivo e ativo do Banco Econômico S. A., com permanência do aviamento objetivo e atuação no mesmo ramo financeiro. Desta transação surgiu a nova denominação do Excel Econômico S. A". A sucessão de empregadores é evidente, para todos os efeitos, conforme se tem reconhecido nas lides trabalhistas.

Posteriormente o Banco Excel Econômico foi sucedido pelo Banco Bilbao Vizcaya.

O Banco Bilbao Vizcaya, de sua vez, foi transferido para o Banco Bradesco S. A., consoante esclareceu o BACEN (fls. 91 do Proc. nº 1.015/2007, da 3ª Vara Cível local, que presido).

Nessas circunstâncias e nesse encadeamento, reconheço a legitimidade passiva do recorrente.

Aliás, acompanho a jurisprudência também do TJSP, a exemplo de Apelação nº 7324288-9, Rel. Des. Rui Cascaldi, j. 01.04.2009:

Razão assiste ao apelante.

De fato, o Banco Econômico encontra-se em liquidação extrajudicial, como comprova o documento juntado às fls. 120. No entanto, o Banco Bradesco é parte legítima para responder a demanda.

Embora não admita nos autos, é fato notório a compra pelo banco réu do Banco Bilbao Vizcaya Brasil S/A, que, segundo informa o Banco Central do Brasil, em sua página na internet, adquiriu, em 09/10/1998, o Banco Excel Econômico S/A, nova denominação do Banco Excel S/A, que, por sua vez, adquiriu o Banco Econômico S/A, na data de 30/04/1996.

E, apesar de afirmar que se tornou apenas um acionista majoritário do Banco Bilbao Viscaya Brasil S/A, com personalidade jurídica distinta da sua, não demonstra essa condição, o que torna difícil a aceitação da sua tese.

Os documentos que instruem a contestação nada provam nesse sentido, nem mesmo os ofícios expedidos pelo Banco Central do Brasil, em função de consulta formulada pelo Poder Judiciário em diversos processos, onde a autarquia informa não poder se manifestar sobre contrato da qual não fez parte (cf. fls. 116).

Por outro lado, seria muito cômodo para o banco assumir somente os ativos daquela instituição, desprezando os passivos, como alega.

Nesse entendimento:

"ILEGITIMIDADE "AD CAUSAM - - Legitimidade passiva - Banco incorporador - Alegação de aquisição apenas da "parte boa" - Inadmissibilidade Patrimônio que é


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

garantia do credor - Aplicação do artigo 91 do Código Civil atual – Responsabilização do incorporador pelas dividas do banco incorporado - Inadmissibilidade da pretensão de opor ao credor os contratos que celebrou com o liquidante do incorporado - Ilegitimidade alegada não reconhecida - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento n. 7.143.402-7 - São Paulo – 19ª Câmara de Direito Privado - Relator: Manoel Justino Bezerra Filho, 08.05.07).

Ainda:

"ILEGITIMIDADE "AD CAUSAM" - Ação de cobrança - Caderneta de poupança – Diferença de rendimentos do numerário depositados nos anos de 1990 e 1991 (Planos Collor I e II) no Banco Econômico S/A - Legitimidade passiva do Banco Bradesco S/A - Encadeamento de relações jurídicas entre os bancos Econômico, Banco Excel, Bilbao Vizcaya Argentaria e Bradesco - Extensão do trespasse empresarial não demonstrada em Juízo – Preliminar rejeitada – Apelação improvida nesse tocante" (Apelação nº 7262068-9, Rei. Des. RICARDO NEGRÃO – 19ª Câmara, j. 09/02/09).

"EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO - AÇÃO MOVIDA CONTRA O BANCO BRADESCO S/A - CLIENTE QUE POSSUÍA NA ÉPOCA CONTA POUPANÇA NO BANCO ECONÔMICO S/A – ILEGITIMIDADE PASSIVA - NÃO RECONHECIMENTO. O Banco Econômico S/A sofreu liquidação extrajudicial decretada pelo Banco Central do Brasil em 1994. A partir de então passou por várias negociações. Sofreu modificações, porém manteve sempre o seu objeto social. Passou a ser Banco Excel Econômico S/A, que por sua vez foi vendido, em dezembro de 1998, ao grupo espanhol BBV - Banco Bilbao Viscaya Brasil e, finalmente, em dezembro de 1998, foi comprado pelo Banco Brasileiro de Descontos - Bradesco, ora requerido. Portanto, se o réu adquiriu a instituição bancária que se encontrava em liquidação extrajudicial adquiriu também os direitos e obrigações a ela inerentes e não apenas alguns ativos e passivos". (Apelação nº 7.143.345-7, 21ª Câmara, ReL. Des. SIQUEIRA DE PRETTO).

Na mesma linha:

AGRAVO REGIMENTAL Nº 1.255.825-1/7, Rel. Des. Mendes Gomes, j. 27.04.2009;

APELAÇÃO Nº 7.306.741-3, Rel. sorteado Simões de Vergueiro, j. 29.04.2009, maioria.

APELAÇÃO C/ REVISÃO Nº.1251130- 0/8, Rel. Des. Carlos Alberto Garbi, j. 14.04.2009.

APELAÇÃO Nº 7.323.249-8, Rel. Des. José Tarciso Beraldo, j. 25.03.2009.

APELAÇÃO Nº 7158176500, Rel. Des. Ligia Araújo Bisogni, j. 10/12/2008.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 7316986500, Rel. Des. Irineu Fava, j. 11/03/2009.

A requisição e exibição de documentos no curso do processo compreende atividade instrutória, inexistindo qualquer incompatibilidade ou cumulação indevida com processo cautelar.

Estão presentes as condições da ação, mormente a possibilidade jurídica, pois nada no ordenamento inibe a pretensão, e também o interesse processual, haja



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

vista a adequação processual do pleito.

Não há quitação tácita, pois não se presume.

Não há razão jurídica para deduzir ou compensar a correção paga noutros meses, pois a correção é pertinente a cada ciclo mensal.

Às ações de cobrança de diferença de correção monetária e juros moratórios sobre saldos de cadernetas de poupança, atingidos pelos chamados Planos Bresser, Verão, Collor I e Collor II, aplica-se o prazo vintenário do art. 177 do Código Civil de 1.916, e não o prazo decenal do artigo 205 ou quinquenal do inciso I do § 5º do art. 206 ou o trienal do inciso III do inciso III do § 3º do art. 206, todos do CC/2.002, haja vista a regra transitória do artigo 2.028 deste. Os juros remuneratórios, de 6% ao ano, capitalizados, incorporando-se a cada período mensal, até a data do efetivo pagamento, transformam-se em capital e seguem, quanto ao prazo prescricional, o regime jurídico aplicável a este (Precedentes: STJ-RESP 940.174, DJU 23.8.2007, p. 238; RESP 774.612, DJU 29.5.2006, p. 262; RESP 684.867, DJU 12.5.2006, p. 154; RESP 780.085, DJU 05.12.2005, p. 247).

O STF firmou entendimento de que a alteração do índice para menor importaria ofensa a direito adquirido: CADERNETA DE POUPANÇA – Correção Monetária – Aplicação de legislação que altera para menor o índice, quando já iniciado o período para aquisição do reajuste. Inadmissibilidade, diante da existência de contrato de adesão – Afronta ao direito adquirido do poupador (RE 246.023-RS, Rel. Min. Moreira Alves, j. 14.03.2000, DJU 07.04.2000, RT 779/179).

Novas regras relativas aos rendimentos das cadernetas de poupança não atingem situações em que já iniciado o período aquisitivo, devida a correção monetária com base no índice já fixado (Resp 62072/RS, Rel. Min. Eduardo Ribeiro, DJ de 13.11.1995).

Os saldos de cadernetas de poupança abertas ou renovadas até 15 de janeiro de 1989 devem ser corrigidos pela sistemática então vigente, aplicando-se o IPC como critério atualizador (Resolução nº 1.338/87 -BACEN c/c art. 16 do Decreto-lei n. 2.335/87). Enunciado nº 1 do Colégio Recursal de São Carlos. Precedentes: STJ-RESP 43.055-SP, RESP 257.151-SP, RESP 58448-RJ, RESP 180.520/SP, RESP 172.328/SP, RESP 124.833/SP, RESP 124.334/SP, RESP 121.723/RJ, RESP 109.600/SP, RESP 525.403-RS, J. 4.9.2003. Recursos inominados julgados pelo Colégio Recursal de São Carlos de nºs: 1.205, 1.224, 1.354, 1.358 e 1.381.

Reconhece-se o direito adquirido do titular de caderneta de poupança ao critério de atualização monetária vigente quando da abertura ou renovação automática da conta. Em consequência, aplicam-se os seguintes índices: PLANO BRESSER – junho/1987: 26,06%; PLANO VERÃO – janeiro/1989: 42,72%; PLANO COLLOR I – março/90: 84,32%; abril/90: 44,80%, e maio/90: 7,87%, que melhor refletem a desvalorização da moeda (Enunciado nº 4 do Colégio Recursal de São Carlos. Precedentes: STJ-RESPs 11.161, 16.162, 16.168, 34.385-2, 48.752-8. Recursos inominados julgados pelo Colégio Recursal de São Carlos de nºs: 1.195, 1.209, 1.219, 1.225, 1.233, 1.258, 1.270, 1.279, 1.351 e 1.387.

Os 84,32% foram corretamente pagos.

A Medida Provisória nº 168, de 15 de março de 1990, convertida na Lei nº 8.024/90, elegeu o BTN Fiscal como índice para corrigir os valores existentes em



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

caderneta de poupança excedentes ao limite de NCz\$ 50.000,00, mas **não determinou sua aplicação para os saldos à disposição dos poupadores, significando dizer que não excluiu a utilização do IPC.**

Por força da Lei nº 8.088, de 31/10/90, o BTN serviu de índice de remuneração dos depósitos em caderneta de poupança até 31/1/91. A Medida Provisória nº 294, de 31/01/91, convertida na Lei nº 8.177/91, por sua vez, que elegeu a TRD como índice de correção às cadernetas de poupança, tem aplicação, apenas, aos períodos mensais iniciados após a sua vigência. Enunciado nº 5 do Colégio Recursal de São Carlos. Precedentes: STJ – RESP 254.891/SP, DJ em 11.06.2001, p. 204; TJSP – Apelação c/revisão nº 7.104.129-5; Apelação com revisão nº 839.407-0. Recursos inominados julgados pelo Colégio Recursal de São Carlos de nºs: 1.267, 1.301, 1.351, 1.365 e 1.387.

Sobre as diferenças apuradas incidem correção monetária, juros remuneratórios subsequentes, típicos da modalidade contratual, e juros moratórios desde a época da citação inicial.

O pedido inicial diz respeito às seguintes contas (ls. 3):

- 18.802-55 (aberta em 26.03.1990 – fls. 190 e 425)
- 18.204-31 (aberta em 13.12.1989 – fls. 188 e 425)
- 18.841-61 (aberta em 02.04.1990 – fls. 189 e 425)
- 3.201936-A (não houve comprovação de existência)

Houve alguma confusão causada pelas autoras, insistindo na apresentação de extratos do Plano Verão (fls. 429/43), embora seja possível verificar pelos documentos apresentados que as contas foram abertas posteriormente a janeiro de 1989, não atingidas por tal plano econômico. Destarte, improcede o pedido a respeito, também quanto ao Plano Bresser e ainda quanto à última conta, cuja existência não comprovaram.

Subsiste o êxito da pretensão exclusivamente quanto aos meses de abril e maio de 1990.

Diante do exposto, **acolho em parte** o pedido e condeno **BANCO BRADESCO S. A.** a pagar para **MARY BEATRIZ FILOMENA COLAGROSSI CUSTÓDIO** e **MARLY TEREZA COLAGROSSI FOSCHINI** a importância correspondente às diferenças de correção monetária atinente às três primeiras contas acima apontadas, no tocante aos meses de abril de 1990, para crédito em maio (44,80%), e de maio de 1990, para crédito em junho (7,87%), exclusivamente sobre os saldos iguais ou inferiores a NCz\$ 50.000,00 e aos valores não bloqueados à disposição do BACEN.

A diferença apurada será paga com correção monetária, juros remuneratórios subsequentes, típicos da modalidade, e juros moratórios, desde a data da citação inicial, à taxa legal.

Rejeito o pedido no tocante à última conta e no tocante aos demais planos econômicos.

Responderão as partes pelos honorários de seus patronos e pelas



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

custas processuais em igualdade.

P.R.I.C.

São Carlos, 22 de agosto de 2014.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**